

Boletim

ENCCLA

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 1 - abril/2014

Produziremos, a partir deste mês, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a colaboração de todos os parceiros, o *Boletim ENCCLA*. Nele estarão as agendas e notícias que foram divulgadas pelos participantes da Estratégia e que citam ou referenciam as ações desenvolvidas.

O *Boletim ENCCLA* é um canal de comunicação interna que objetiva socializar as notícias e informações sobre a Estratégia, além torná-la mais próxima e conhecida do público que a compõe. Agradecemos as instituições que colaboraram nesta primeira edição e congregamos as demais a produzir e nos municiar com as informações sobre as diversas atividades que são desenvolvidas durante o ano.

Esperamos que esta iniciativa lhe seja útil e solicitamos que divulgue o boletim por meio de seus canais de comunicação interna, fazendo que esta importante política do Estado brasileiro se torne ainda mais conhecida dos agentes públicos que dela participam e que contribuem para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Secretaria Executiva



Curtas

Calendário reuniões ENCCLA

15/4 - 3ª reunião de acompanhamento da Ação 11. Participam: CGM-SP e CGU (coord), ADPF, AGU, AJUFE, ANAPE, ATRICON, CAIXA, COAF, CONCP, DPF, FPCC-RS, GNCOC, MD, MPF, MPS e INSS, PGFN, Rede LAB, RFB, TCU. Local: DRCI, 14h.

23/4 - 1ª reunião de acompanhamento da Ação 12. Participam: CNJ e MPS (coords), CJF, CONCP, DEEST?MJ, DPF, INSS, RFB, SLTI/MPOG. Local: DRCI, 9:30

24/4 - 2ª reunião de acompanhamento da Ação 5. Participam: RFB (coord), AGU, AJUFE, AMB, CGU, CONCP, DPF, GNCOC, MPF, MPS, PGFN, PREVIC, SUSEP, TCU. Local: DRCI, 9h30.

30/4 - 2ª reunião de acompanhamento da Ação 10. Participam: TCU (coord), ABIN, AGU, ATRICON, CADE, CD, CAIXA, CGU, CNJ, CNMP, FPCC-RS, GNCOC, Rede LAB, MD, MPRJ, MPSP, SLTI/MPOG, SOF/MPOG, SRJ/MJ, STF, TSE, TST.

Local: DRCl, 14h30.

A Revista *Pensar MPF* deste ano recebe, até 16 de maio, artigos científicos sobre o tema: *O Papel do Ministério Público no Combate ao Crime Organizado e à Corrupção*. Saiba mais - <http://bit.ly/1hGtoQY>

Matérias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Definido o Calendário de ações para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os demais 24 órgãos que integram o Gabinete de Gestão Integrada da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) definiram, nesta última quarta-feira (26/2), as datas das próximas reuniões de acompanhamento das 14 ações estabelecidas para 2014.

Os conselheiros Luiza Frischeisen e Gilberto Valente participaram da reunião, em Brasília - a primeira após as medidas de combate aos crimes terem sido fixadas, em novembro, durante encontro em Uberlândia.

O CNJ acompanha a execução de três das 14 ações do ano.

Coordenado pelo CNJ em parceria com o Ministério da Previdência Social, o grupo que acompanha a efetiva implantação do Sistema de Informações de Registro Civil (SIRC) para sugerir mecanismos que aumentem a segurança do registro civil de pessoas naturais (Ação nº 12) irá se reunir no final de março. De acordo com a Previdência, em cerca de 86% das ações desenvolvidas pelas Forças-Tarefas Previdenciárias nos últimos 13 anos constatou-se a falsificação de certidões de nascimento, casamento e óbito.

Ficou marcado para o dia 27 de março a reunião sobre a Ação nº 10, que trata de implementar e publicar consulta integrada aos cadastros com informações referentes a condenações ou sanções que impliquem na restrição de participação em licitações ou contratação com a Administração Pública ou ainda ocupação de cargo ou função pública.

Os conselheiros do CNJ também participarão, no dia 25 de março, da reunião sobre a Ação nº 13, que tem como objetivo propor mecanismos que assegurem a efetividade das decisões judiciais que determinam a perda de bens. A conselheira Luiza Frischeisen ressaltou a importância da participação do CNJ no grupo, já que o Conselho possui o Manual de Bens Apreendidos que serve de guia para os juízes na alienação antecipada de automóveis, computadores, entre outros bens.

Bárbara Pombo

Agência CNJ de Notícias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Laboratórios de combate à lavagem de dinheiro receberam investimento de R\$ 23

milhões em 2013

Produto da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) – da qual o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) faz parte –, a Rede de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro recebeu investimento de R\$ 23 milhões em 2013. Nos últimos quatro anos, os gastos chegaram a R\$ 41 milhões, a maior parte em softwares e hardwares.

Os dados foram apresentados na última quarta-feira (26/2) durante reunião da ENCCLA, no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (DRCI/SNJ-MJ), em Brasília/DF. O encontro teve a participação dos conselheiros do CNJ Luiza Frischeisen e Gilberto Valente.

Diante da dificuldade na análise de um volume alto de dados nas investigações, os laboratórios foram criados para aprimorar técnicas e soluções na análise de dados financeiros obtidos com a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal.

De acordo com dados do departamento, o montante total investido corresponde a 0,2% do valor que os técnicos dos laboratórios já conseguiram identificar como sendo ativos com indício de ilicitude.

Segundo dados do órgão, entre 2009 e o primeiro semestre de 2013, foram analisados nos laboratórios 1.528 casos de suposta lavagem de dinheiro que envolvem R\$ 19,6 bilhões em ativos.

A meta para 2014 é expandir a rede para 43 laboratórios. Atualmente, existem 28 unidades espalhadas pelo Brasil.

Bárbara Pombo
Agência CNJ de Notícias

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CNMP integra estratégia de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) é um dos assuntos que merecem atenção do Conselho Nacional do Ministério Público. No dia 28/3, foi publicada a Portaria CNMP-PRESI Nº 70/2013, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das representações, comitês, fóruns, grupos de trabalho e congêneres no âmbito do CNMP.

A referida portaria define que a a ENCCLA tem por objetivo a articulação e a atuação conjunta de diversos órgãos públicos com vistas ao aprimoramento das atividades de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Ainda de acordo com a norma, cabe ao presidente do CNMP a designação dos seus representantes e o acompanhamento de suas atividades. Além disso, compete aos representantes do Conselho designados participar das reuniões da ENCLLA e praticar os atos necessários à implementação dos seus objetivos no que se refere às atribuições da instituição.

Para representar a instituição e acompanhar as três ações destinadas ao CNMP, das 14 estipuladas para a ENCCLA 2014, o presidente do Conselho, Rodrigo Janot, designou o conselheiro Fábio George Nóbrega (foto), que vai atuar na coordenação e acompanhamento das ações junto ao Gabinete de Gestão Integrada (GGI). O Gabinete tem como missão acompanhar o andamento dos objetivos e das metas estipulados pela Enccla e manter a articulação das instituições governamentais envolvidas no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado.

Já o promotor de Justiça da Paraíba Octávio Celso Gondim e o promotor de Justiça de Santa Catarina Andreas Eisele vão acompanhar as reuniões que tratam da Ação 2: elaborar proposta de alteração legislativa visando ao fim da

extinção e suspensão da punibilidade pelo pagamento ou parcelamento de tributos e o aumento do rigor na punição da sonegação fiscal.

Para acompanhar as atividades em relação à Ação 7, que vai propor o aperfeiçoamento dos instrumentos normativos que garantam o uso obrigatório do SICONV para todas as transferências de recursos federais para estados, municípios e entidades, foi designado o procurador da República em São Paulo Paulo Taubemblatt.

O próprio conselheiro Fábio George Nóbrega vai coordenar as ações referentes à Ação 10, que terá o objetivo de implementar e publicar consulta integrada aos cadastros com informações referentes a condenações ou sanções que impliquem restrição a participar de licitação ou contratar com a Administração Pública ou para ocupar cargo ou função pública. Para suplente, foi indicado o conselheiro Alexandre Saliba.

De acordo com Fábio George, a participação do CNMP na ENCCLA “propicia a articulação com todos os ramos do Ministério Público na colheita e apresentação de contribuições que aperfeiçoem os mecanismos legislativos e institucionais. Essa iniciativa pode trazer avanços significativos na prevenção e repressão às práticas de corrupção e lavagem de dinheiro em nosso país.” O conselheiro complementa que o CNMP também pode difundir, perante todos os ramos do MP, a partir de sua participação na ENCCLA, boas práticas e estratégias de atuação para o enfrentamento da criminalidade nessas áreas.

O CNMP ainda vai acompanhar a Ação 13, que trata de propor mecanismos que assegurem a efetividade das decisões judiciais que determinam a perda de bens, e a Ação 14, cujo objetivo é discutir e elaborar proposta de alterações legislativas para rever o sistema de recursos processuais penais e de execução da sentença penal, com o objetivo de alcançar maior efetividade. Para essas ações ainda serão designados os representantes da instituição.

Entre as várias iniciativas implementadas pela ENCCLA nos dez anos de existência, destaca-se o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), que criou um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade, disseminando uma cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil. Além disso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Bens Apreendidos, que reúne informações a respeito dos bens apreendidos em procedimentos criminais pela Justiça Federal dos estados e do Distrito Federal.

Além do CNMP, fazem parte da ENCCLA aproximadamente 60 instituições, como o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, o Ministério Público Federal, a Advocacia-Geral da União, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Assessoria de Comunicação Social

Conselho Nacional do Ministério Público

Fone: (61) 3366-9124

ascom@cnmp.mp.br

Twitter: cnmp_oficial

Facebook: cnmpoficial”

[Ministério da Justiça](#)

Combate à lavagem de dinheiro é tema de curso para magistrados no ES

Brasília, 31/3/14 – O Ministério da Justiça (MJ), em parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (Emes), promove, de 1º a 4 de abril, em Vitória (ES), o curso de capacitação e treinamento no combate à

corrupção e à lavagem de dinheiro.

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ), do Ministério da Justiça (MJ), coordena o curso, que integra o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) do governo federal. Com um total de 20 horas, a programação contempla palestras, debates e casos práticos. Participam do curso 60 magistrados e convidados.

A iniciativa promete incentivar a troca de experiências e conhecimentos entre os magistrados e possibilitar maior efetividade na prevenção e combate dos crimes. Desde 2004, o programa, que é iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), já capacitou mais de 12 mil agentes públicos.

Diversos órgãos, como a Escola de Magistratura Federal, Departamento de Polícia Federal, ministérios públicos, polícias civis, Receita Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Banco Central e Controladoria Geral da União (CGU), já participaram e colaboram com a iniciativa.

Ministério da Justiça

Polícia Civil do Mato Grosso recebe laboratório contra lavagem de dinheiro

Brasília, 21/3/14 – Nessa segunda-feira (24), será inaugurado o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro na Polícia Civil do estado do Mato Grosso. Com a iniciativa, o órgão policial passa oficialmente a integrar a Rede Nacional de Laboratórios contra a Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB).

Os laboratórios utilizam soluções de análise tecnológica em grandes volumes de informações. Eles subsidiam investigações criminais de casos de lavagem de dinheiro ou corrupção que envolvam quebras de sigilo bancário de inúmeras contas, sigilos telefônico e fiscal, durante grandes períodos.

A cerimônia de inauguração da unidade Rede-LAB em Cuiabá contará com a presença do secretário estadual de Segurança Pública do Mato Grosso, Alexandre Bustamante dos Santos, e do coordenador da Rede-LAB, Roberto Zaina, representando o Ministério da Justiça.

A Rede, criada em 2006 por iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), é coordenada pelo Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça. Atualmente, é composta por 22 laboratórios, já inaugurados. Em plena expansão, até o final de 2014, serão 43 laboratórios em funcionamento, em todos os estados do país.

O secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, destaca o benefício à sociedade que o trabalho desenvolvido pelos laboratórios proporciona. “Os resultados produzidos são tangíveis. Entre 2009 e 2013, 1.500 casos foram analisados pelos laboratórios da Rede que identificaram R\$ 19,6 bilhões vindos de atividades criminosas como lavagem de dinheiro e corrupção em órgãos públicos”.

O diretor do DRCI, Ricardo Saadi avalia como fundamental a atuação dos laboratórios para auxiliar as investigações. Segundo ele, é imprescindível incentivar as técnicas de inteligência que resultem na recuperação dos ativos ilícitos. “Não basta apenas prender o criminoso, é fundamental, descapitalizar, asfixiar a financeiramente a organização criminosa para combater o crime organizado”, destacou.

Ministério da Justiça

No Nordeste, magistrados fazem curso de combate à lavagem de dinheiro

Diretor do DRCI, Ricardo Saadi, explica que na região Nordeste o crime de lavagem de dinheiro está geralmente associado a investimentos imobiliários vindos de países estrangeiros

Brasília, 10/3/14 – O Ministério da Justiça (MJ) promove, de 11 a 14 de março, em Maceió (AL), o Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. A ação é uma parceria com a Escola da Magistratura Federal (Esmafe) - 5ª Região, que contempla os estados da Região Nordeste.

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ), do Ministério da Justiça (MJ), coordena o curso, que integra o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) do MJ. Participam do curso cerca de 60 magistrados e convidados. A programação contempla palestras, debates e explanação casos práticos.

O diretor do DRCI/SNJ, Ricardo Saadi, explica que na Região Nordeste o crime de lavagem de dinheiro está geralmente associado a investimentos imobiliários vindos de países estrangeiros. “É importante que os magistrados do Nordeste conheçam a metodologia da cooperação jurídica com outros países para otimizar o combate à lavagem de dinheiro”, ressalta Saadi.

A iniciativa irá promover a troca de experiências e conhecimentos entre os magistrados que participam do curso para possibilitar maior efetividade na prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção. Desde 2004, o programa, que é iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), já capacitou mais de 12 mil agentes públicos.”

CJF – Conselho da Justiça Federal

Juíza Salise Sanchotene é homenageada com o Diploma de Mérito da Coaf

A juíza federal Salise Monteiro Sanchotene, da 11ª Vara Federal de Porto Alegre (RS), recebe hoje (9/4), o Diploma de Mérito Coaf, concedido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A cerimônia será realizada às 17h, no auditório do Ministério das Cidades, em Brasília.

A homenagem é concedida em reconhecimento ao seu trabalho realizado na área de combate à lavagem de dinheiro, ao longo dos dez últimos anos. A magistrada é representante do Conselho da Justiça Federal (CJF), no Gabinete de Gestão Integrada da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que reúne diversas entidades públicas, sob a coordenação do Ministério da Justiça.

Nesta edição, onze autoridades públicas e uma instituição foram agraciadas. O Diploma de Mérito foi instituído em 16 de fevereiro de 2011 pelo Coaf, para homenagear personalidades ou instituições nacionais e estrangeiras, que se destacaram também na realização de trabalhos ou estudos que tenham beneficiado ou apoiado o Coaf no desempenho de suas atividades.

Ministério da Justiça

Coordenação da ENCCLA é homenageada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) realizou hoje (9/4) a Solenidade de entrega do Diploma de

Mérito COAF. Dentre os [homenageados de 2014](#) está Roberto Biasoli, Coordenador-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). Instituído em 2011, o Diploma tem a finalidade de homenagear personalidades ou instituições que tenham se destacado na área de prevenção e combate à lavagem de dinheiro ou ao financiamento do terrorismo.

“A homenagem é um justo reconhecimento pela atuação de Roberto Biasoli como coordenador dos trabalhos da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Seu trabalho incessante tem sido fundamental para o bom acompanhamento das ações desenvolvidas pela ENCCLA, garantindo resultados importantes para o país”, destaca Ricardo Saadi, diretor do DRCI/SNJ.

Biasoli é Delegado da Polícia Federal e especialista em Direito Público. Há quatro anos, no Ministério da Justiça, é responsável pela secretaria executiva da ENCCLA.

Produzido por: Secretaria de Comunicação Social - Conselho Nacional de Justiça
comunicacao@cnj.jus.br | Telefone: 61 2326-5469
